

## GOVERNO NÃO TEM UMA “VISÃO AMIGA DAS EMPRESAS”



NUMA SEMANA DEDICADA AO CONTACTO COM O SETOR EXPORTADOR, RUI RIO CRITICOU O GOVERNO POR NÃO TER UMA “POLÍTICA AMIGA DAS EMPRESAS”. “ENTENDO QUE O GOVERNO NÃO TEM FEITO E NÃO O PODE FAZER, PORQUE TEM UMA VISÃO DE ESQUERDA E QUE NÃO É AMIGA DAS EMPRESAS. SE NÃO APOSTARMOS NA ECONOMIA E NAS EMPRESAS, NUNCA MAIS PODEMOS ASPIRAR A TER MELHORES EMPREGOS E MELHORES SALÁRIOS”, AFIRMOU.



pág. 8

### PSD

UMA ESTRATÉGIA PARA O ENSINO SUPERIOR PARA PROMOVER A “ASCENSÃO SOCIAL”

O PSD apresentou uma estratégia do Ensino Superior para a próxima década, uma proposta que passa pelo reforço do investimento público e privado na área do conhecimento



pág. 12

### LOCAIS

POUPAR É CRIME?

Duarte Pacheco, deputado do PSD, escreve esta semana um artigo de opinião sobre a aprovação pelo Parlamento de uma norma que obriga os bancos a comunicarem ao fisco as contas bancárias com saldo superior a 50 mil euros



pág. 14

### REGIONAIS

PSD/AÇORES PROPÕE REFORÇO DE CAMAS EM LARES DE IDOSOS EM SÃO MIGUEL

O presidente do PSD/Açores defende a instalação de mais camas nos lares de idosos da ilha de São Miguel, alegando que as listas de espera ascendem a centenas de pessoas



**JOSÉ CANCELA MOURA**  
Diretor do "Povo Livre"

## COMBUSTÍVEIS E INVESTIMENTOS, UMA NARRATIVA DE EQUÍVOCOS

Decorreram apenas os primeiros 15 dias de 2019 e os preços dos combustíveis já aumentaram duas vezes. Desde fevereiro de 2016 que a promessa do Governo, de proceder à revisão trimestral do valor do ISP, continua por cumprir. O então secretário de Estado dos Assuntos Fiscais garantia que *"4 cêntimos de aumento nos combustíveis permitem reduzir 1 cêntimo"*.

O Governo iria, assim, respeitar o princípio da neutralidade fiscal, ajustando *"o preço dos produtos petrolíferos à redução do IVA cobrado por litro de combustível, e atendendo à oscilação da cotação internacional dos combustíveis"*.

Qualquer princípio, contrato, compromisso ou garantia dada e já sabemos; o Governo vai ignorar e entrar em estado de negação até às últimas consequências. O PSD, ainda esta semana, voltou a denunciar, no Parlamento, o "grosseiro embuste" que o Governo está a fazer com o preço dos combustíveis, quando este prevê arrecadar ainda mais receitas fiscais neste setor, graças ao aumento de "1.000%", na taxa de carbono. Repito novamente, 1.000% de subida.

Para o PSD, tudo isto é absolutamente claro. Os portugueses vão pagar muito mais em impostos sobre os combustíveis em 2019 do que pagaram o ano passado, em concreto mais 211 milhões de euros.

O presidente do PSD denunciou esta habilidade num "Tweet". *"Ora cá temos, mais uma vez, imposto para lá, taxa para cá; e no fim, o contribuinte a pagar mais. Quando perceberá o Governo que estas habilidades vão ter de parar? Até porque muitos portugueses já começaram a perceber este sistemático discurso enganador"*, escreveu Rui Rio.

O descaramento do Governo é transversal e agora também patente na política de investimentos. Esta semana ficámos a saber que as regiões Norte e Centro vão ser, uma vez mais, discriminadas em relação ao Sul no Programa Nacional de Investimentos, PNI 2030. O Executivo estima gastar 21.950 milhões de euros em projetos nacionais, e um quinto desse valor, ou seja, 4191 milhões de euros será canalizado para Lisboa, Alentejo e Algarve, ao passo que apenas 2.829 milhões de euros serão destinados ao Norte e ao Centro. A região da Grande Lisboa continuará a acolher a fatia de leão no investimento público. Nada de novo, portanto.

A promoção da coesão territorial e a redução das assimetrias regionais que os partidos da esquerda clamam não têm qualquer correspondência com as opções desta governação. Os números, a prática e a história mostram que o Norte, o interior e as zonas mais fragilizadas continuarão a receber apenas "migalhas" que os decisores de Lisboa acabam por determinar. Só um governo do PSD pode pôr termo a este sentido de irresponsabilidade.

# GOVERNO NÃO É AMIGA DAS E



# O TEM “VISÃO EMPRESAS”



Numa semana dedicada ao contacto com empresas, e após visitar a Vista Alegre, na terça-feira, em Ílhavo, Rui Rio elogiou o exemplo da recuperação desta empresa histórica e referência mundial na indústria porcelana. Rui Rio lamenta que as empresas sejam esquecidas pelo Governo. “Aquilo que é relevante é dar atenção às empresas. É o que estou a fazer, porque entendo que o Governo não tem feito e não o pode fazer, porque tem uma visão de esquerda e que não é amiga das empresas. Se não apostarmos na economia e nas empresas, nunca mais podemos aspirar a ter melhores empregos e melhores salários”, declarou.

O Presidente do PSD alertou para a necessidade de ser canalizado mais investimento no tecido empresarial. “Se não apostarmos na economia e nas empresas, nunca mais podemos aspirar a ter melhores empregos e melhores salários”, afirmou.

A cortiça e o calçado foram dois setores que o líder

do PSD destacou durante as visitas desta manhã. Portugal é, como destacou Rui Rio, “o maior produtor mundial de cortiça” (1.000 milhões de euros em exportações); e o setor do calçado representa um produto de alto valor acrescentado, com o País a apresentar “o segundo melhor preço médio do mundo”.

Na manhã de terça-feira, Rui Rio afirmou que é necessário investir para que “se aumente a capacidade produtiva e a produção” e criar políticas que “acarinhem” o investimento. O Presidente do PSD acusa o atual Governo de distribuir “no imediato”, mas “não aposta no futuro”.

“No sentido da carga fiscal, foi aumentar, no sentido da legislação fiscal, foi complicar, no sentido da desburocratização, não fez mal mas também não fez bem, no sentido do funcionamento da justiça, que também é vital para o setor económico, não fez nada”, observou.

Só com uma política que aposte no futuro se conseguirá criar “mais e melhor emprego”, defendeu Rui Rio, com uma forte aposta nas exportações. O Presidente do PSD defendeu ainda uma política pública que privilegie investimentos por parte das empresas, com uma gestão eficiente da carga fiscal e uma desburocratização da relação do Estado com as empresas, solução que o atual Governo não tem vindo a promover.

Rui Rio referiu que os empresários podem estar a usufruir de uma taxa de juro muito baixa, mas têm as empresas “muito descapitalizadas”, lembrando que existe uma baixa taxa de poupança em Portugal. “O Estado tem uma poupança altamente negativa. As famílias têm uma poupança muito baixinha. As empresas é que têm maior poupança, mas mesmo assim estão muito descapitalizadas”, disse Rui Rio sustentando que é necessário ter políticas para apoiar a capitalização das empresas.

# GOVERNO NÃO PODE “LIMPAR FRACA EXECUÇÃO” NO INVESTIMENTO



Rui Rio reafirma que o PSD não estará disponível para aprovar “a correr” o Plano Nacional de Investimentos do Executivo. Se o objetivo do Governo for “limpar a sua fraca execução” do plano de investimentos anterior ou aprovar o diploma “a correr em 15 dias ou um mês”, então não poderá contar com o PSD, assegurou. “Está em vigor neste momento um plano parecido, batizado em 2014 como Peti3+, e a esse plano de investimentos falta executar neste momento 80%”, apontou o Presidente do PSD, em conferência de imprensa, dia 9, na sede nacional, em Lisboa, após uma reunião da Comissão Política Nacional.

Rui Rio recorda que o Governo executou até agora uma média de 300 milhões de euros, mas propõe-se executar no próximo plano 20 mil milhões em dez anos, seis vezes mais. “Quais as razões para o falhanço em matéria de investimento público? Se não identificarmos as razões, como faremos seis vezes mais?”, questionou.

Nesse quadro, esclareceu Rui Rio, o PSD mantém a sua posição, que é de ter em conta o interesse nacional no que toca ao diálogo com outros partidos sobre “matérias estruturantes”. “A nossa posição é a de sempre: disponíveis para fazer acordos e falar com os outros partidos em matérias estruturais para o futuro de Portugal”, disse.

O líder do PSD destacou também a importância de serem ouvidos os autarcas neste processo e para a necessidade de dar atenção a “pequenos investimentos” que podem ter um efeito multiplicador na economia.

# EMPRESAS PÚBLICAS NÃO DEVEM SOFRER COM A “SANGRIA DE IMPOSTOS”



“Se conseguíssemos que todas as empresas públicas não sofressem a sangria de impostos que têm sofrido ao longo dos anos, era bom”, apontou Rui Rio no final de uma visita aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, na segunda-feira.

Numa semana dedicada às empresas, o Presidente do PSD recordou o “historial difícil” dos Estaleiros de Viana. Era “uma empresa pública que acumulava prejuízos atrás de prejuízos” e à qual os contribuintes entregaram “muitos impostos que foram perdidos”.

No governo anterior, liderado pelo PSD, fez-se a “concessão desta empresa”, descreveu ainda Rui Rio, dando conta dos resultados alcançados: “conseguimos salvar a construção naval aqui em Viana do Castelo e criar novos postos de trabalho”, numa empresa que tem cerca de trezentos empregos diretos, apontou ainda, além de mais de mil postos de trabalho indiretos.

“Está aqui um caso de sucesso regional, de Viana do Castelo, empresarial e de apoio à própria Marinha Portuguesa”, rematou.

## Baixar os impostos às empresas para aumentar a competitividade

Numa entrevista de balanço de um ano de mandato à frente do PSD, Rui Rio defende uma diminuição da carga fiscal sobre as empresas com o objetivo de “aumentar o investimento”. Essa folga, assinala o líder



do PSD, permitirá às empresas melhorar a sua competitividade e dignificar os salários dos trabalhadores. “É preciso ter uma governação que olhe para o futuro, que aposte na competitividade das empresas. (...) Não havendo investimento privado, não melhorando a competitividade da economia, como é que amanhã vamos ter melhores salários? Não vamos de certeza”, declara Rui Rio.

Em entrevista à “Notícias Magazine”/“Jornal de Notícias”, este domingo, o Presidente do PSD diz que é preciso, desde logo, diminuir o IRC. “Se se aliviar fortemente o IRC relativamente aos lucros retidos e

não distribuídos, eu estou a ter uma medida muito importante para o investimento”, esclarece.

Sobre o Salário Mínimo Nacional, Rui Rio garante que “qualquer pessoa, em qualquer função, que a cumpra de forma satisfatória, merece mais do que o salário mínimo nacional. Só não pagamos mais porque a economia não o permite e a distribuição de riqueza que está feita não é justa”.

Recorde-se que a carga fiscal atingiu um novo máximo histórico (34,7% do PIB) em 2017.

# PSD PROMOVE CONVENÇÃO NACIONAL DO CEN EM 16 DE FEVEREIRO



Rui Rio anunciou a realização da primeira Convenção Nacional do Conselho Estratégico do PSD, no dia 16 de fevereiro de 2019, no Europarque, em Santa Maria da Feira. Esta grande iniciativa juntará 1.500 participantes, entre militantes, simpatizantes e membros da sociedade civil que aderiram ao CEN nos últimos meses. Os antigos ministros Miguel Cadilhe e Daniel Bessa (que irão debater a área da Economia e Empresas) e as professoras universitárias Helena Freitas (Ambiente) e Margarida Correia de Aguiar (Área Social) serão os oradores convidados.

Durante a Convenção irão decorrer 16 reuniões simultâneas e que coincidem com as 16 secções temáticas constituídas no âmbito do CEN. Irá ainda decorrer, em paralelo, uma 17.ª reunião dedicada à reforma do sistema político, tema que está a ser coordenado pelo antigo líder da JSD, Pedro Rodrigues.

O Presidente do PSD informou ainda que o Secretário-geral, José Silvano, foi mandatado para começar a constituir e nomear a estrutura de campanha para as eleições europeias de 26 de maio. "Formalmente, o PSD arranca a partir agora no plano logístico, depois arrancará no plano político, para as eleições europeias", declarou.

Como prova da mobilização do partido, Rui Rio divulgou que 5821 cidadãos aderiram ao PSD, desde fevereiro de 2018. Há a registar um equilíbrio nas novas admissões por identidade de género (55% são homens e 45% pertencem ao sexo feminino) e um terço são jovens.

A Comissão Política Nacional do PSD de 9 de janeiro aprovou também o regulamento financeiro do PSD.



# MAIS TRANSPARÊNCIA NOS APOIOS AOS BANCOS, EM RESPEITO PELOS CONTRIBUINTE



Na última década os contribuintes portugueses disponibilizaram mais de 20 mil milhões de euros para ajudar à capitalização de bancos, público e privados.

Nesta legislatura várias vezes o PSD exigiu transparência e escrutínio sobre essas ajudas públicas e sobre a concessão de grandes créditos cujo incumprimento contribuiu largamente para que aqueles bancos precisassem de recapitalização.

Finalmente, na passada semana o Parlamento aprovou a nova Lei da Transparência dos Grandes Créditos Incumpridos de Bancos que recebem ajuda com dinheiro dos contribuintes. Esta nova lei impõe mais transparência e fiscalização que trarão mais exigência na gestão dos bancos, mais respeito pelos contribuintes e menos promiscuidade. Esta lei foi uma Iniciativa (e insistência) do PSD, que conseguiu negociar o necessário acordo com o CDS, BE e PCP. Sintomaticamente, o PS escolheu ficar de fora: porque será?

Para o PSD esta Lei da Transparência sobre os Grandes Créditos Incumpridos é necessária por dois problemas democráticos e um problema económico especialmente graves em Portugal. Numa mistura de risco moral e promiscuidade, na década passada milhares de milhões de euros de financiamento bancário foram desviados para grupos e projetos sem viabilidade, nem competitividade. Alguns poucos beneficiaram muito, alguns poucos gestores bancários ajudaram promiscuamente nessa decisão, e todos os portugueses foram chamados a pagar a conta.

E depois vieram as tentativas de encobrimento. O que se passou com a Comissão Inquérito (CPI) da CGD foi revelador, com o PS a tudo fazer tudo para esconder o que se lá passou. Mesmo com uma decisão judicial o PS fechou a CPI à pressa para esconder.

Tudo isto cria um problema democrático, de dúvida sobre ao serviço de que interesses estão (alguns dos) representantes eleitos dos portugueses. E o País assistiu penosamente a uma terrível rede de promiscuidade e tráfico de influências combinando vários empresários, gestores e até alguns agentes políticos do anterior Governo socialista.

No PSD não temos dúvida que deve haver transparência e responsabilização, que se apure tudo e mostre respeito pelo enorme esforço dos portugueses.

Ora, é esse o segundo problema ou desafio democrático: evitarmos que os portugueses achem que os representantes eleitos usam o dinheiro deles sem quererem efetivamente saber. No PSD queremos saber e temos muito respeito pelo esforço que os portugueses fazem para disponibilizar tanto do seu dinheiro.

Finalmente, o problema económico é do “risco moral” que se vive quando agentes privados acham que podem ser displicentes ou promíscuos porque depois a fatura é pública e as perdas são socializadas. Essa prática abundante em Portugal na década passada fez perder enorme valor económico e sobretudo desviar recursos para setores não transacionáveis sem competitividade.

Esta nova Lei aplica-se tanto para o futuro, como a todas as ajudas públicas concedidas nos últimos 12 anos. Cria três mecanismos de transparência: (1) informação pública e controlo parlamentar sobre Créditos de Elevado Valor que tenham sido incumpridos e gerado impactos negativos sobre o capital dos bancos, (2) acesso integral de Comissões de Inquérito a informação sobre bancos que recebam ajuda pública e (3) obrigatoriedade de realização de auditoria independente sempre que um banco receba ajuda pública à capitalização.

É um sistema equilibrado, proporcional, mas exigente. Vai reforçar a saúde e confiança no sistema financeiro português porque permite: “separar o trigo do joio”, criar uma pressão preventiva à qualidade e exigência na concessão de crédito, reforçar a credibilidade externa do país e da sua banca ao se saber que somos implacáveis com as más práticas e, finalmente, porque vai aumentar a liberdade económica ao trocar a promiscuidade pela competitividade e pelo mérito dos projetos como critérios na alocação de recursos financeiros e poupanças na economia portuguesa.

Com esta Lei, que só existe pela iniciativa e perseverança do PSD, melhoramos a higiene da nossa democracia, a liberdade na nossa economia, a saúde do nosso sistema financeiro e o respeito pelos contribuintes portugueses.

**António Leitão Amaro**

Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

# UMA ESTRATÉGIA PARA O ENSINO SUPERIOR PARA PROMOVER A “ASCENSÃO SOCIAL”



O PSD apresentou uma estratégia do Ensino Superior para a próxima década, uma proposta que passa pelo reforço do investimento público e privado na área do conhecimento (Ensino Superior, Ciência e Inovação). David Justino, presidente do Conselho Estratégico Nacional (CEN) e coordenador para a área de Educação, Cultura, Juventude e Desporto, afirmou que a iniciativa do PSD constitui “um ponto de partida para as políticas a adotar por um governo social-democrata”. Maria da Graça Carvalho, coordenadora do CEN da secção temática de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, e Margarida Mano, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD, explicaram, esta quarta-feira, os detalhes do documento intitulado “Ensino Superior – Uma Estratégia para a Década”.

David Justino começou por expor os motivos que levam o PSD a discordar da eliminação das propinas no Ensino Superior. “Não há nenhuma razão objetiva, nem no presente, nem nos cenários futuros, para que se faça uma revisão do financiamento no que diz respeito à parte das propinas. (...) Eliminar a propina não é uma medida que permita a justiça social”, especificou David Justino, contrapondo com o aumento das verbas afetas à ação social escolar.

David Justino critica a contradição do ministro Manuel Heitor, que, no passado recente, considerava a questão das propinas uma matéria fechada, mas agora, por razões eleitoralistas, mudou de posição. “Em declarações reproduzidas pelo jornal Público, em 2016, o senhor ministro do Ensino Superior dizia que a questão das propinas já estava resolvida e que o Governo não se devia imiscuir. O problema está em saber o que mudou em

2016 face ao contexto político que 2019 assume”, apontou.

Maria da Graça Carvalho insiste no aumento do investimento público e privado e na reformulação do modelo de financiamento, mais coerente e transparente, mais estável e de maior dimensão, assente na qualidade e na meritocracia, e assente em cinco vetores: o Ensino, a Investigação, o Conhecimento, o Território e o Património. O Estado deve ter um “papel regulador”, estabelecendo as grandes linhas gerais e o enquadramento regulamentar e financeiro, para a missão das Instituições do Ensino Superior, devendo, pois, evoluir-se para um modelo em que a avaliação de atividade e a atribuição de financiamento sejam independentes do Governo e da Administração. Por outro lado, uma visão mais integrada entre o Ensino Superior, a Ciência e a Inovação, com uma maior independência em relação ao poder político, e o fortalecimento da cooperação entre instituições de ensino, nacionais e internacionais, irão ajudar a “construir um sistema mais justo”.

Maria da Graça Carvalho defende um novo paradigma de coesão social e territorial, de forma a captar os estudantes oriundos de famílias carenciadas. “O Ensino Superior é elitista. Temos de ter um Ensino Superior que promova a ascensão social”, reafirmou. A antiga ministra da Ciência e do Ensino Superior alerta que é preciso incrementar “políticas de promoção da inclusão no ensino superior, isto é, de criação de condições que permitam o acesso a todos os que o pretendem, independentemente de quaisquer fatores particulares para além do mérito pessoal”.

Na proposta, o PSD preconiza também o aumento das bolsas de estudo e a construção e reabilitação de edifícios públicos degradados e sua reconversão em residências estudantis. Este programa poderá ser parcialmente financiado por fundos Europeus (FEDER) e com apoios de entidades privadas. “O que não se fizer com os privados tem que se construir de raiz (...), pelo Orçamento do Estado”, concretizou Maria da Graça Carvalho, estimando o custo em cerca de 25 mil euros por cama.

Margarida Mano, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD, sublinhou que a proposta cumpre três desígnios principais: identitário – reconhece o Ensino Superior como ativo de produção de conhecimento, da formação humanista e social do indivíduo, da inovação dos meios de intervenção e da capacitação analítica e crítica (A Pessoa); funcional ou operativo, que assume o Ensino Superior como ativo para o crescimento económico e bem-estar da sociedade (O País e a Sociedade); e estratégico, que perspetiva o Ensino Superior como instrumento de coesão social, territorial e de projeção internacional de pessoas, ideias e projetos (As Regiões e o Mundo).

A apresentação do documento contou com a participação de diversos dirigentes de associações de estudantes.

Luís Alves Monteiro na conferência do Instituto Sá Carneiro

# ECONOMIA SOCIAL É “UM BEM SUPREMO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA”



O presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro, Luís Alves Monteiro, o provedor da Misericórdia do Porto, António Tavares, e o deputado do PSD, Marco António Costa, foram os oradores de uma conferência sobre Economia Social, no Porto, dia 14, sobre o papel da Economia Social.

Luís Alves Monteiro considera a economia social “um bem supremo de uma sociedade, que se quer mais justa, beneficiando aqueles dos nossos concidadãos que se confrontam com uma vivência mais desfavorecida”.

O presidente do Instituto Sá Carneiro lembra que apesar dos “indicadores promissores, as carências ainda são muitas”. Os níveis de risco de pobreza, a desestruturação familiar e as pensões de reforma acarretam desafios, pelo que será necessário encontrar “uma resposta mais musculada por forma a que a justiça social continue a ser salvaguardada”, afirmou Luís Alves Monteiro.

A economia social “está a transformar-se num setor emergente”, insiste Luís Alves Monteiro. “Num País que se preocupa com a justiça social, não apenas anunciada, mas que deverá ser crescentemente praticada”, todos têm a obrigação de “responder a este desígnio de apoiar os mais desfavorecidos”.

António Tavares referiu-se ao problema democrático e do envelhecimento da população, que requerem que a inovação social esteja patente ao nível de serviços de apoio domiciliários e no retardamento da institucionalização. “Os dados dizem-nos que em 2020 prevê-se passar de 3 ativos para 1.4 ativos por reformado. “Uma situação deveras preocupante”, alertou o provedor da Misericórdia do Porto, sublinhando que, num tempo em que se fala de inteligência artificial, é preciso valorizar “a inteligência emocional”, pois é com ela que devemos considerar que “o que está em causa é cuidar do próximo”.

Participaram nesta iniciativa mais de meia centena de pessoas.



# PSD, UM PARTIDO SEM MUROS: A EXPERIÊNCIA DO CEN - ENSINO SUPERIOR



No passado dia 9 de janeiro, o Conselho Estratégico Nacional (CEN) apresentou uma Estratégia para o Ensino Superior para a próxima década. O documento apresentado articula-se com outro já publicado relativo a políticas do acesso ao ensino superior e estes textos são complementados por outros dois documentos: um sobre Ciência e Inovação e outro sobre a Estratégia Nacional para a Inteligência Artificial.

O CEN constitui uma nova forma de fazer política, abrindo o PSD à sociedade e envolvendo militantes e simpatizantes na discussão dos temas que preocupam os Portugueses. Os documentos da área do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia estão a ser preparados de uma forma participativa envolvendo atuais e antigos responsáveis por Instituições de Ensino Superiores (IES), professores, investigadores, alunos, empresários, cidadãos que se interessam e tem pensamento na área oriundos de todo o País incluindo compatriotas que se encontram fora de Portugal. Esta tarefa tem sido uma experiência fantástica de trabalho em rede e de cocriação de novas ideias. O nosso Presidente, Dr. Rui Rio ao criar o CEN, tornou o PSD um Partido aberto, inclusivo: um Partido sem muros.

A Estratégia para o Ensino Superior foi elaborada com base nos desígnios políticos plasmados na Moção de Estratégia Global "Do PSD para País" em que é claramente afirmado que as Políticas de Ensino Superior devem estar orientadas para a valorização das pessoas, para as capacidades e potencial que representam, bem como para a criação de oportunidades de ascensão social e de dignificação do seu contributo para o progresso e coesão da sociedade. Partindo destes desígnios, são delineadas sete propostas políticas necessárias para os atingir, expondo ainda um conjunto de condições facilitadoras da efetivação destes desideratos.

## PROPOSTAS POLÍTICAS:

### Proposta 1 - Articulação sinérgica entre o Ensino Superior, a Ciência e a Inovação

O Ensino Superior, a Ciência e a Inovação devem ser considerados de uma forma integrada com prioridades, níveis de financiamento e metas bem definidas desenvolvendo-se assim um programa-quadro plurianual, estável, transparente e com avaliação e atribuição de financiamento através de uma agência de financiamento autónoma do governo.

### Proposta 2 - Promoção ambiciosa da qualidade e adaptação aos novos desafios

As IES terão de se preparar para um Mundo em mudança constante oferecendo percursos académicos flexíveis, formação fundamental holística e multidisciplinar, reflexão humanista em todos os cursos, e competências digitais transversais, promovendo assim a qualidade e a excelência. O PSD propõe a criação de um programa de financiamento competitivo ("Preparar para o Mundo em Mudança") que incentivará as Instituições a promo-

ver a excelência e a adaptação à revolução digital e à globalização.

### Proposta 3 - Diversificação da oferta de Ensino Superior em Portugal

A participação no ensino superior nacional não atinge ainda os valores médios europeus ou os recomendados pela OCDE, pelo que urge alargar a base de recrutamento do ensino superior, tornando-o acessível a potenciais alunos com diferentes percursos académicos e experiências profissionais e de vida, quer nacionais, quer internacionais. Importa ainda alargar a participação a novos públicos com especial atenção aos trabalhadores-estudantes.

### Proposta 4 - Valorização do Conhecimento

Em Portugal, o conhecimento mantém-se relativamente fechado dentro das Instituições de Ensino Superior e Ciência. O Ensino Superior tem de estar cada vez mais aberto à sociedade: promovendo a ciência aberta, a partilha de dados e do conhecimento, promovendo assim um Ensino Superior e uma Ciência sem fronteiras. A colaboração com as empresas, com o sector social, o apoio à elaboração de políticas públicas, a defesa da propriedade intelectual, o fomento do empreendedorismo e a criação de projetos empresariais são exemplos importantes de ações que releva apoiar.

### Proposta 5 - Dimensão Social: cumprir os desígnios sociais inerentes ao Ensino Superior

Políticas inclusivas, especificamente direcionadas para o

acesso ao ensino superior, e subsequente promoção do sucesso académico, desenvolvem o desiderato nacional de igualdade de oportunidades e contribuem para a efetivação de maior justiça social. O documento propõe promover a qualidade da vida estudantil, através do aumento da oferta de alojamentos e do número e valores das bolsas de estudo e contrariar o sub-rendimento escolar e o abandono precoce através de medidas de acompanhamento do aluno no seu percurso académico.

### Proposta 6 - Coesão Territorial: estreitar proximidades e contribuir para a equidade nacional

O ensino superior deverá ser um instrumento importante de combate às assimetrias regionais. Nesse sentido, o PSD propõe reforçar os apoios sociais diretos a estudantes deslocados em territórios de baixa densidade populacional (por exemplo, através do robustecimento do Programa +Superior e da criação de um ERASMUS +Interior) e incentivar a cooperação entre as IES, nomeadamente pela via do estabelecimento de consórcios a nível regional ou nacional.

### Proposta 7 - Internacionalização: investir na internacionalização das IES

É fundamental que as IES continuem as políticas de internacionalização participando em redes internacionais de ensino, investigação e inovação. No mesmo tom, deveremos continuar a desenvolver estratégias de atratividade das IES para estudantes internacionais, em especial oriundos da Europa, da CPLP e da América Latina.

### (3) Condições facilitadoras

As propostas políticas apresentadas exigem algumas condições facilitadoras essenciais tais como i) novos Estatutos de Carreira (Estabelecimento de uma carreira única de docência e investigação para os vários subsistemas do Ensino Superior, fundamental na luta contra a precaridade, na promoção do emprego científico e na renovação geracional das Instituições) ii) um novo modelo de Governação das IES (Revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, assumindo o reforço da autonomia das IES) e um novo modelo de Financiamento (Aumento do investimento público e privado e reformulação do modelo de financiamento, mais coerente e transparente, mais estável e de maior dimensão, assente na qualidade e na meritocracia, com cinco vetores, o Ensino, a Investigação, o Conhecimento, o Território e o Património).

Concluindo, serão assim criadas as condições para que o Ensino Superior possa promover e potencializar a ambição de um Portugal moderno e que contribua decisivamente para a concretização das necessidades e expectativas sociais, económicas e culturais dos Portugueses.

#### Maria da Graça Carvalho

Coordenadora do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia do CEN

## Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade  
do PSD**



**Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras**

# POUPAR É CRIME?



Para os partidos de esquerda quem poupa e acumula o resultado de poupança é suspeito de um crime qualquer.

Só assim se entende a aprovação na Assembleia da República da Proposta de Lei do Governo que obriga as instituições financeiras a indicar à Autoridade Tributária o nome de todas as pessoas que no somatório de contas bancárias ultrapassem o valor de 50 mil euros a 31 de dezembro.

Uma vergonha!

Não tem de haver suspeitas ou indícios de fraude sobre o comportamento dessa pessoa. Não tem de haver aumento do valor em depósito. Basta ter 50 mil euros em contas bancárias para isso ser alvo de reporte ao fisco.

No momento em que o nível de poupança em Portugal atinge mínimos históricos, e que a propensão a consumir é elevada, o Governo e a maioria de esquerda dá mais uma machadada na poupança, ao sinalizar que se ela alcançar os 50 mil euros, deve ser tratada como proveniente de comportamentos suspeitos.

Mas, também dá um mau contributo no combate à fraude fiscal, pois a Autoridade Tributária ao ser bombardeada com tanta informação para tratar, dificilmente terá meios para fazer as diligências que deve desenvolver para realmente combater a fraude e evasão fiscais.

É este o Portugal que o Partido Socialista está a criar.

## Duarte Pacheco

Presidente da Comissão Política do PSD Área Oeste



O PSD de S. João da Madeira convida-o(a) a participar no tradicional **Jantar de Reis/Janeiras** a realizar no próximo sábado, dia 19 de janeiro, pelas 20h00, no Restaurante Fénix, com a presença do Eurodeputado **Paulo Rangel** e do Vice-Presidente do PSD, **Manuel Castro Almeida**.

Aproveitamos para desejar a todos os militantes e simpatizantes um 2019 repleto de sucessos.

INFORMAÇÕES/RESERVAS: 918857686

JUNTE-SE A NÓS E TRAGA UM BEM ALIMENTAR POR UMA CAUSA SOLIDÁRIA



# VEREADORES DO PSD EXIGEM AO GOVERNO QUE “CUMPRA O QUE FOI ACORDADO” NA DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS



Os vereadores do PSD da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia criticam o Governo por não estar a respeitar os compromissos com a Associação Nacional de Municípios em matéria de descentralização de competências. “O Governo, no entanto, não cumpriu e continua por fazer o que lhe compete. Até á data só foram objeto de regulamentação 11 dos 23 diplomas sectoriais”, denunciam os vereadores social-democratas, sublinhando que “os decretos setoriais não podem ser aprovados sem a consensualização e acordo prévio com a Associação dos Municípios”.

Cancela Moura, que é também presidente da Secção do PSD de Gaia, considera “um absoluto contrassenso que as autarquias sejam obrigadas à pronúncia de aceitação ou recusa, sem que conheçam antes os envelopes financeiros”. Por outras palavras, o Governo decide unilateralmente impor certas competências sem consultar previamente os municípios e sem que isso se traduza no reforço das verbas para as autarquias.

“Portanto, vivemos de novo, um quadro confuso, cujo procedimento não tem lógica, nem faz qualquer sentido. Não era esta confusão que se esperava. Mas, o PSD mantém a sua coerência e pretende a exigir que o Governo cumpra o que foi acordado e consensualizado com a ANMP”, declaram os vereadores.

Nesse sentido, os representantes do PSD no executivo municipal de Vila Nova de Gaia votaram “favoravelmente a proposta de não aceitação” da proposta.

Os vereadores do PSD lamentam os “atrasos e trapalhadas do Governo, que podem comprometer irremediavelmente a transferência de novas competências na presente legislatura”. O PSD recomenda ao Governo que comunique às autarquias locais e entidades intermunicipais, até ao final do mês de janeiro de 2019, os mapas com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização, provenientes de dotações inscritas nos programas orçamentais e no orçamento da segurança social, a transferir para aquelas, bem como a listagem de todo o património também a transferir. Por outro lado, que presente à Assembleia da República, até ao final do mês de fevereiro de 2019, para discussão e aprovação, os mapas com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização, provenientes de dotações inscritas nos programas orçamentais e no orçamento da segurança social, a transferir para as autarquias locais e entidades intermunicipais, bem como os critérios e termos dos reforços deste Fundo. E, por fim, que conceda um prazo de 60 dias corridos, após a publicação da Lei da Assembleia da República que estabelece os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização para os municípios e entidades intermunicipais comunicarem à Direção-Geral das Autarquias Locais, caso não pretendam exercer no ano de 2019 as competências previstas nos decretos-lei sectoriais publicados em “Diário da República”, permitindo uma única reunião dos seus órgãos deliberativos.



A Comissão Política Distrital do PSD de Santarém tem a honra de apresentar o CED - Conselho Estratégico Distrital, no próximo dia 19 de janeiro de 2019, pelas 14h30, na Escola de Hotelaria de Fátima.

**14:30 RECEPÇÃO AOS PARTICIPANTES**

**14:45 SESSÃO DE BOAS-VINDAS**

**15:00 ENQUADRAMENTO POLÍTICO DO CONSELHO ESTRATÉGICO DISTRITAL**  
João Moura, Presidente do PSD Distrital de Santarém

**15:30 APRESENTAÇÃO DO CED: SECÇÕES TEMÁTICAS DISTRITAIS DO CEN E COORDENADORES INSTALADORES**  
Vânia Neto, Vice-Presidente do PSD Distrital de Santarém e Coordenadora do Conselho Estratégico Distrital

**16:00 COFFEE BREAK**

**16:30 REUNIÕES PARALELAS DAS SECÇÕES TEMÁTICAS**

**18:15 ENCERRAMENTO**

# PSD/AÇORES PROPÕE REFORÇO DE CAMAS EM LARES DE IDOSOS EM SÃO MIGUEL

O presidente do PSD/Açores defende a instalação de mais camas nos lares de idosos da ilha de São Miguel, alegando que as listas de espera ascendem a centenas de pessoas. “Há uma clara falta de resposta para os nossos idosos na ilha de São Miguel e, transversalmente, em toda a Região. Falta ainda muito por fazer para dar a resposta necessária aos idosos”, afirmou Alexandre Gaudêncio, no final de uma visita ao lar de idosos Augusto César Ferreira Cabido, na Ribeira Grande.

O líder social-democrata salientou que, só na instituição que visitou, “há uma lista de espera de mais de 200 pessoas”, tendo defendido que o aumento do número de camas para idosos deve ser feito através da ampliação dos lares atualmente existentes ou da construção de novas infraestruturas.

Alexandre Gaudêncio alertou igualmente para as dificuldades financeiras sentidas pelas instituições particulares de solidariedade social (IPSS), tendo defendido uma “revisão do valor padrão” pago pelo governo regional às instituições.

A este propósito, o presidente do PSD/Açores referiu que, no caso dos idosos com dependência severa ou total que se encontrem em lares, as instituições recebem um valor padrão insuficiente para cobrir as despesas com cada um dos utentes.

“O valor padrão que está estabelecido é manifestamente insuficiente cobrir os custos fixos das IPSS. Esse valor padrão deve ser revisto”, considerou.

O líder social-democrata regional lembrou ainda que, recentemente, o PSD/Açores apresentou no Parlamento regional uma proposta para reduzir os custos de eletricidade pagos pelas IPSS, “tendo sido rejeitada pela maioria socialista e pelo governo regional”.



“Por exemplo, esta instituição paga 3 mil euros por mês de eletricidade no lar de idosos do Pico da Pedra, o que provoca constrangimentos financeiros. O

PSD propunha a redução destes encargos, mas o Partido Socialista e o governo recusaram, penalizando assim as IPSS”, destacou.

## PSD RECUSA MAIS ERROS NO PROJETO DO PORTO DA HORTA

Carlos Ferreira e Luís Garcia, deputados do PSD/Açores eleitos pelo Faial, querem esclarecimentos sobre a versão agora apresentada pelo Governo Regional para a 2.ª fase do reordenamento do porto da Horta, frisando que “não podemos aceitar que se cometam mais erros na aquela infraestrutura”.

Num processo que classificam como “atribulado e atípico”, os social-democratas lembram que “esta é já a terceira versão de projeto”, e querem certezas sobre “as condições de operacionalidade e segurança do porto e o normal desenvolvimento de todas as suas valências”.

Carlos Ferreira e Luís Garcia sublinham que “já bastaram os erros cometidos aquando da construção do cais norte, cuja orientação introduziu maior agitação marítima na bacia sul, com as graves consequências que se conhecem”.

Assim, “é essencial perceber se a solução técnica agora apresentada teve em conta esses problemas. É indispensável que tudo isso esteja rigorosa e absolutamente assegurado nesta nova solução”, defendem os deputados fajalenses do PSD.

Carlos Ferreira e Luís Garcia solicitaram à tutela, num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, “informações sobre que entidades locais, para além da Comissão Municipal para os Assuntos do Mar, foram consultadas sobre esta terceira versão do projeto, e que pareceres emitiram”.

Do mesmo modo, querem conhecer os estudos realizados sobre a solução agora proposta, saber se houve ensaios em simulador de manobra com navios-tipo, e se foi tida em conta a agitação marítima causada pela orientação do cais norte na baía sul do porto.

“Que medidas foram ou vão ser tomadas para resolver ou atenuar os efeitos nefastos dessa agitação na operacionalidade do porto?”, questionam os deputados.

Carlos Ferreira e Luís Garcia lembram que o porto da Horta é, “sem dúvida, uma das infraestruturas mais importantes da ilha do Faial, quer em termos históricos, quer para a sustentabilidade económica da ilha, sendo por isso mesmo crucial para a viabilização do seu futuro”, concluem.

# POVO LIVRE

Director: Nuno Freitas

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - E-Mail: [povolivre@psd.pt](mailto:povolivre@psd.pt)

## Durão Barroso reúne-se com cabeças de lista



**Defendida uma nova cultura de governação que tenha como principal objectivo colocar Portugal ao nível dos outros países europeus**

Página 5

## Presidente do Partido reuniu-se com grupo de gestores

Página 2

**Quem são os cabeças de lista do Partido às próximas Eleições Legislativas**

Página 6

**Edição n.º 1268 do "Povo Livre" | de 6 a 8 de fevereiro de 2002**

"Durão Barroso reúne-se com cabeças de lista". O então Presidente do PSD, José Manuel Durão Barroso, juntava, em Sintra, os cabeças-de-lista pelos círculos eleitorais que concorriam às eleições legislativas de 17 de março de 2002. No final da reunião, Durão Barroso revelava que o futuro governo do PSD tinha como prioridade fazer Portugal crescer acima da média europeia.

**CONVOCATÓRIAS DO PSD****RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**DISTRITAIS****BEJA**

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e locais, publicado no "Povo Livre", convocam-se todos os militantes do Distrito de Beja, dotados de capacidade eleitoral ativa, para os Órgãos Distritais, para conforme a respetiva Secção de inscrição em que militem, reunirem dia 16 de fevereiro (sábado) de 2019, pelas 15h00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único:

- Eleição da Mesa da Assembleia Distrital;
- Eleição da Comissão Política Permanente Distrital;
- Eleição do Conselho de Jurisdição;
- Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital;

Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira.  
Notas:

- As urnas estão abertas, em cada Secção, das 15h00 às 19h00 do dia 16 de fevereiro de 2019, sem embargo da prorrogação excecional prevista no nº 5 do artigo 9º do Regulamento Eleitoral.
- As listas, devem ser entregues à Mesa da Assembleia Distrital, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (13 de fevereiro), nos termos estatutários e regulamentares vigentes.
- As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.
- Os militantes deverão exercer o seu direito de voto conforme a Secção em que militem, nos locais abaixo indicados.

**Aljustrel** - Praça da República, nº 17 1º - 7800 Beja.**Almodôvar** - Rua Dr. António Nobre Semedo nº 14, Ourique.**Alvito** - Praça da República, nº 17 1º 7800 Beja.**Barrancos** - Rua das Terçarias 7860-035 Moura.**Beja** - Praça da República, nº 17 1º 7800 Beja.**Castro Verde** - Rua Dr. António Nobre Semedo nº 14, Ourique.**Cuba** - Praça da República nº 17 1º 7800 Beja.**Ferreira do Alentejo** - Praça da República, nº 17 1º 7800 Beja.**Mértola** - Praça da República nº 17 1º 7800 Beja.**Moura** - Rua das Terçarias 7860-035 Moura.**Odemira** - Rua Serpa Pinto nº 1 7630-174 Odemira.**Ourique** - Rua Dr. António Nobre Semedo nº 14 Ourique.**Serpa** - Rua de São Luis nº1 Serpa (Antigo Edif. Junta Freguesia Salvador)**Vidigueira** - Praça da República nº 17 1º 7800 Beja**LISBOA AO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste, para reunir no próximo dia 1 de fevereiro (sexta-feira) de 2019, pelas 21h30, na Sede do PSD, sita na Rua Gago Coutinho, nº 36 em Alenquer com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Orçamento para 2019;
2. PSD 4.0 – Reforma do sistema político e eleitoral, revisão estatutária do PSD;
3. Análise da situação política.

**SECÇÕES****ANSIÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ansião para reunir no próximo dia 26 de janeiro (Sábado) de 2019, pelas 18h30, na Sede do PSD sita na Av. Dr. Vitor Faveiro, 27 – 1º Esq. Ansião, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação, discussão e votação das Contas de Gerência de 2018;
3. Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades para 2019;
4. Análise da situação política;
5. Outros assuntos.

**BARCELOS**

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convocam-se os militantes do Partido Social Democrata, da Secção de Barcelos, para reunirem em Plenário no próximo dia 25 de janeiro (Sexta-feira) de 2019, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD, sita na Av. Alcaldes de Faria, 270, 1º D, Barcelos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação do Orçamento e Plano para 2019
3. Análise da situação política.

**BARREIRO**

Ao abrigo do disposto nos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 28 de janeiro (Segunda-feira) de 2019, pelas 20h30, na Sede Concelhia, sita na Rua de Trás-os-Montes, nº 4B, freguesia de Santo António da Charneca, concelho do Barreiro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação e aprovação das Contas Anuais do exercício de 2018;
3. Apresentação e aprovação do Orçamento para o ano de 2019;
4. Análise da situação político partidária.

**FAFE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Fafe, para reunir no próximo dia 15 de fevereiro (Sexta-feira) de 2019, pelas 21h00, na Sede do PSD, na Praça 25 de Abril, em Fafe, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política nacional;
3. Análise da situação política local;
4. Outros Assuntos

**FIGUEIRÓ DOS VINHOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Figueiró dos Vinhos, para reunir, no próximo dia 22 de fevereiro (Sexta-feira) de 2019, pelas 18h00, na sede, sita na Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, nº 8, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia da Secção e da Comissão Política da Secção para o biênio 2019-2020.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da assembleia da Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00.

**LAMEGO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Lamego, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 30 de janeiro (quarta-feira) de 2019, pelas 21h00, no Auditório da AMVDS, sita Av. das Acácias antigas anexas, em Lamego, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciar e deliberar sobre as contas da Secção do ano de 2018;
2. Apreciar e deliberar sobre o orçamento da Secção para o ano 2019;
3. Outros assuntos.

**LISBOA**

Nos termos do artº 54º dos Estatutos Nacionais do PSD, venho por este meio convocar uma reunião ordinária da Assembleia da Secção de Lisboa, a ter lugar no próximo dia 7 de fevereiro (quinta-feira) de 2019, a partir das 21h00, no Hotel Roma, sito na Avenida de Roma, 33 em Lisboa (o acesso à sala da assembleia é feita pela entrada lateral do Hotel no nº 6 da Rua Infante D. Pedro), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política.

**LOURES**

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoco a Assembleia da Secção Concelhia de Loures, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 23 de janeiro (quarta-feira) de 2019, pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 – Loja 4, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política local e nacional.

Se à hora marcada não estiver presente o número de militantes necessário para preencher, nos termos estatutários, o quórum, a Assembleia de Secção realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, com qualquer número de presentes.

**MACEDO DE CAVALEIROS**

Ao abrigo do disposto nos artigos 50º e 51º dos Estatutos do Partido Social Democrata PPD/PSD, convoco os militantes da Secção de Macedo de Cavaleiros para reunir em Assembleia Geral, na sua Sede Concelhia, no próximo dia 30 de janeiro (quarta-feira) de 2019, pelas 21h00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação das contas de 2018;
2. Análise, discussão e aprovação do orçamento e do plano de atividades de 2019;
3. Análise da situação política local e nacional;
4. Outros assuntos.

Notas:

De acordo com o disposto no artigo 66º dos Estatutos, se na reunião da Assembleia Geral acima convocada, não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia Geral, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças.

**ODEMIRA**

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais, publicado no Povo Livre, convocam-se todos os militantes da Secção de Odemira, dotados de capacidade eleitoral ativa, para a Comissão Política da Secção de Odemira, para reunirem dia 16 de fevereiro (sábado) de 2019, pelas 15h00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único

Eleição da Mesa da Assembleia da Secção.

Eleição da Comissão Política da Secção.

Notas:

As urnas estão abertas, na Sede Concelhia, Rua Serpa Pinto, nº 1 Odemira, das 15h00 às 19h00 do dia 16 de fevereiro

(Sábado) de 2019, sem embargo da prorrogação excepcional prevista nº 5 do artº 99 do Regulamento Eleitoral.

As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do 3º dia anterior ao ato eleitoral.

### PEDRÓGÃO GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Pedrógão Grande, para reunir no próximo dia 23 de fevereiro (Sábado) de 2019, pelas 19h00, na sua sede, sita do Largo da Restauração, nº 2 A, Pedrógão Grande, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia da Secção e da Comissão Política de Pedrógão Grande.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas no dia do ato eleitoral estarão abertas das 19h00 às 21h00.

### PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ponte de Lima, para reunir em sessão ordinária, a realizar no próximo dia 1 de fevereiro (sexta-feira) de 2019, pelas 20h30, na sua sede, sita no Largo Dr. Vieira de Araújo, 24 com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação e aprovação das contas relativas ao exercício de 2018;
3. Análise da situação política local e nacional.

## NÚCLEOS

### BONFIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo do PSD de Bonfim do Porto, para reunir em Plenário Ordinário no próximo dia 31 de janeiro (quinta-feira) de 2019, pelas 21h30, na Sede do PSD e da JSD de Bonfim, sita na Avenida Rodrigues de Freitas nº 50, Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Informações.

### RIBEIRÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Ribeirão, para reunir no próximo dia 23 de fevereiro (sábado) de 2019, pelas 16h30, na sede da Junta de Freguesia de Ribeirão, sita na Avenida Rio Veirão, nº 1, Ribeirão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Ribeirão.

Notas:

1. As urnas estarão abertas das 16h30 às 20h30;
2. As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política da Secção da Freguesia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.



## CONVOCATÓRIA

### CONSELHO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO 2019

Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional, a requerimento da Comissão Política Nacional, para uma reunião extraordinária no próximo dia **17 de janeiro de 2019, quinta-feira, às 17H00, no Hotel Porto Palácio, Centro de Congressos**, no Porto (Avenida da Boavista, n.º 1269), com a seguinte ordem de trabalhos:

#### Ordem de Trabalhos

**Ponto único** – Apreciação e votação, nos termos do artigo 68.º dos Estatutos, de Moção de Confiança à Comissão Política Nacional do PSD.

A presente convocatória será imediatamente tornada pública no sítio Internet do PSD, dispensando-se a sua publicação no *Povo Livre* (artigo 70.º dos Estatutos).

O Presidente da Mesa

**Paulo Mota Pinto**

Lisboa, 14 de janeiro de 2019 (15h)

**CONVOCATÓRIAS DA JSD****RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: [teresa.santos@jsd.pt](mailto:teresa.santos@jsd.pt)**ANADIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Anadia, para reunir no próximo dia 01 de Fevereiro de 2019, (sexta-feira), às 21h, na Sede do PSD Anadia, sita na Alameda dos Bombeiros Voluntários, Edifício Complexo das Fontes – B1, 1º andar, Sala B, 3780-321 Anadia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 - Balanço do plano de actividades da JSD Anadia;
- 3 - Eleições Europeias 2019;
- 4 - Análise do evento (Feira da vinha e do vinho);
- 5 - Outros Assuntos.

**ÍLHAVO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se Plenário Eleitoral Concelhio da JSD de Ílhavo, para reunir no dia 16 de Fevereiro de 2019 (sábado) entre as 17h00 e 19h00, na sede Concelhia do PSD/JSD de Ílhavo, Edifício Illiabum, Bloco A, 1º Dto, em Ílhavo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política Concelhia da JSD Ílhavo.

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (13 de Fevereiro), nos locais indicados, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

**ODIVELAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Odivelas para reunir em sessão ordinária no dia 24 de Janeiro de 2018, pelas 21:00h, na sede concelhia da JSD/PSD Odivelas, situado na Rua Combatentes do Ultramar 20-A Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Balaço do Mandato;
- 3 – Outros Assuntos.

OLIVEIRA DE FRADES

Ao abrigo dos estatutos da JSD, convocam-se os militantes da concelhia de Oliveira de Frades para reunirem no dia 26 de Janeiro de 2019, pelas 21 horas, na sede do Partido Social Democrata, sita no Jardim Dr. José Dinis Vieira, 3680-085, na União de Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e S. Vicente de Lafões, concelho de Oliveira de Frades, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Balanço de actividades da JSD Oliveira de Frades;
- 3 – Análise e Preparação do Plano de Actividades para 2019;
- 4 – Outros assuntos.

**RESENDE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se o Plenário Concelhio da JSD de Resende, para reunir no próximo dia 22 de Fevereiro de 2019 (sábado), entre as 17 horas e as 19 horas, sita na Sede do PSD de Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política da JSD.

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital de Viseu, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (20 de Fevereiro), nos locais indicados, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

**VIMIOSO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Vimioso para uma reunião no dia 9 de Fevereiro de 2019 (sábado), pelas 21h30m na Sede da Concelhia da JSD/PSD de Vimioso, sita no Largo da Misericórdia, n.º 17, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Apresentação do Plano Anual de Actividades da Comissão Política Concelhia;
- 3 – Outros assuntos.

CONFERÊNCIAS

# nós e a europa




**Tema: Recursos da União Europeia e Fundos Estruturais**  
Évora Hotel | ÉVORA

**24 DE JANEIRO | 18h00**

COM O APOIO DE:

